



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 1

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI “R” Nº 31, de 24 de maio de 2018

Ratifica a alteração e consolidação do Contrato de Consórcio, oriundo do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei ratifica a alteração e consolidação do Contrato de Consórcio, oriundo do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR.

Art. 2º – Fica ratificada, em todos os seus termos, de acordo com o artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a Primeira Alteração e Consolidação ao Contrato de Consórcio, oriundo do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR, firmado entre este e o Município de Toledo, mediante autorização contida na Lei Municipal “R” nº 52, de 8 de maio de 2009.

Art. 3º – A ratificação de que trata o artigo anterior é sem reservas, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÚNICO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO, ORIUNDO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ – CISCOPAR

Considerando a necessidade de adequações de ordem funcional e administrativa para melhor funcionamento das atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná, os Municípios de Assis Chateaubriand, de Diamante do Oeste, de Entre Rios do Oeste, de Guaíra, de Marechal Cândido Rondon, de Maripá, de Mercedes, de Nova Santa Rosa, de Ouro Verde do Oeste, de Palotina, de Pato Bragado, de Quatro Pontes, de Santa Helena, de São José das Palmeiras, de São Pedro do Iguçu, de Terra Roxa, de Toledo e de Tupãssi, de comum acordo, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para essa finalidade, em 23 de março de 2018, conforme a Ata nº 001/2018, em conformidade com o princípio da cooperação interfederativa implícito no art. 241, da Constituição Federal, com os termos da Lei nº 11.107/05 e do Decreto nº 6.017/07, resolvem celebrar a **PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO, ORIUNDO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CISCOPAR**, firmado em 15 de abril de 2009, mediante a subscrição do presente, que convalida as alterações estatutárias até então praticadas, bem como que consolida a sua transformação em consórcio público de direito público, sob a forma de associação pública, e modifica os seus dispositivos, que passam a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS**

Art. 1º. O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR, Consórcio Público constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da Lei, a Administração Indireta dos entes consorciados, sem fins lucrativos, terá duração por prazo indeterminado e será regido nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e obedecerá aos princípios, diretrizes e normas definidas na Lei Federal nº 8.080/1990.

§ 1º - O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR reger-se-á, igualmente, pelo seu Regimento Interno, pelo Plano Anual de Trabalho que adotar e pelos demais atos, instruções, normas e decisões que forem aprovados pelos Órgãos Deliberativos, respeitadas as disposições deste Contrato e de seu Estatuto, bem como pelos dispositivos legais e regulamentares originários do Poder Público que lhe forem aplicáveis.

§ 2º - A denominação Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR consubstancia a associação pública de Municípios integrantes de mesmo aglomerado urbano e/ou microrregião, previamente autorizada por lei, pela respectiva Câmara de Vereadores de cada município que o integre, por proposta de seu respectivo Prefeito Municipal, com a finalidade de executar serviço público de saúde.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 2

§ 3º - Neste Contrato a expressão Consórcio Municipal de Saúde, a sigla CISCOPAR e o vocábulo CONSÓRCIO e ENTIDADE se equivalem para todos os efeitos jurídicos, organizacionais, administrativos e gerenciais.

Art. 2º. O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná tem sede e foro na Rua Rodrigues Alves, nº 1437, Jardim Coopagro, CEP 85.903-500, na Cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná e a área de atuação será coincidente com a área física dos Municípios consorciados.

§1º - Poderá ocorrer a modificação da sede desta Entidade, mediante decisão majoritária da Assembleia Geral do Conselho de Prefeitos dos Municípios Consorciados.

Art. 3º. São Municípios integrantes do CISCOPAR: **MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND, MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO OESTE, MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE, MUNICÍPIO DE GUAIRA, MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MUNICÍPIO DE MARIPÁ, MUNICÍPIO DE MERCEDES, MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA, MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE, MUNICÍPIO DE PALOTINA, MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, MUNICÍPIO DE TOLEDO e MUNICÍPIO DE TUPÁSSI.**

Parágrafo único - É facultado o ingresso de novo Município no CISCOPAR, por meio de aprovação de 2/3 (dois terços) do total dos membros da Assembleia Geral do Conselho de Prefeitos, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo Prefeito do Município que desejar consorciar-se, na forma da respectiva Lei Municipal autorizativa.

Art. 4º. O exercício social e financeiro do CISCOPAR coincidirá com o ano civil.

CAPÍTULO II FINALIDADES

Art. 5º. O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR tem como finalidades:

I - implantar serviços públicos suplementares e complementares ao Sistema Único de Saúde – SUS, conforme dispõem princípios, diretrizes e normas que os regula e artigos 196 a 200, da Constituição Federal;

II - assegurar a prestação de serviços de saúde especializados eletivos de referência e de média e alta complexidade em nível ambulatorial, conforme a legislação vigente, abrangendo a realização de consultas, exames, procedimentos e cirurgias, para a população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS;

III - assegurar o estabelecimento de um sistema de referência e contrarreferência eficiente e eficaz, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde disponíveis naqueles municípios, mediante a pactuação de Contrato de Rateio e pagamento de preço conforme a tabela SUS e/ou tabela própria, cujos procedimentos, valores e critérios de reajuste serão estabelecidos pela Assembleia Geral;

IV - gerenciar, juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados, os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;

V - realizar processos licitatórios compartilhados, dos quais, em cada um deles, decorram dois ou mais contratos celebrados por consorciados ou entes de sua administração indireta, bem como estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

VI - otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do Consórcio, além de prestar, a seus consorciados, serviços de acordo com a disponibilidade existente, especialmente capacitação e assistência técnica, materiais técnicos, utensílios e equipamentos profissionais, veículos de transporte para pacientes;

VII - firmar convênios, contratos, termos de parceria e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo, visando planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado;

VIII - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica, e realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região, oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

IX - implantação de processos eletrônicos ou informatizados contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais, controle de procedimentos de serviços médicos, agendas, consultas, exames laboratoriais e clínicos, visando criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;

X - prestar assessoria no planejamento, adoção, implantação e execução de projetos, estudos, programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados, inclusive a promoção de cursos, seminários, palestras, simpósios e congêneres;

XI - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios ou que neles vierem a se estabelecer, assegurando prestação de serviços à população eficientes, eficazes e igualitários, inclusive a execução direta ou indireta, suplementar e complementar dos serviços de saúde disponíveis nos municípios, mediante a pactuação de Contrato de Rateio e pagamento de preço conforme tabela SUS e/ou tabela própria. Não havendo a prestação dos serviços necessários para o atendimento dos pacientes na 20ª Regional de Saúde, o Consórcio envidará esforços para o atendimento dos pacientes por meio do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), providenciando o transporte do paciente (Linha Saúde), acomodações e alimentação;

XII - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e o auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos por meio do Consórcio;

XIII - viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do Consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas, para melhor operacionalização das atividades de saúde;

XIV - adquirir bens móveis e imóveis que entender necessários à ampla realização das finalidades do Consórcio, por meio de recursos próprios ou decorrentes de rateio de investimento de seus consorciados, os quais integrarão o seu patrimônio, bem como recebê-los em doação, autorização de uso ou comodato;

XV - adquirir equipamentos, insumos e produtos, drogas, medicamentos, necessários à realização de serviços de saúde à população pertencente aos municípios de abrangência deste Consórcio;

XVI - contratar e credenciar empresas especializadas, para prestação de serviços de saúde, na sede do Consórcio ou nos consultórios, clínicas e hospitais privados, cujos requisitos e regras serão estabelecidos pela Assembleia Geral e/ou no respectivo Edital de Chamamento Público;

XVII - administrar ou gerenciar, direta ou indiretamente, os serviços de saúde, programas governamentais e projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar ou complementar, desde que disponíveis pelos municípios consorciados, mediante contrato de gestão e preço público, nos termos da Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6017/2007;

XVIII - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população dos Municípios consorciados;

XIX - representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outros órgãos e entidades, e, especialmente, junto às demais esferas institucionais de governo;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 3

Parágrafo único - Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO poderá:
I - adquirir bens, produtos e equipamentos que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;
II - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do governo;
III - contratar serviços de qualquer natureza, atendendo os interesses do Consórcio e do Plano Anual de Trabalho, sendo vedada a contratação do fornecimento de serviços especializados na área de saúde para os Municípios consorciados, isoladamente;
IV - realizar outras ações e atividades compatíveis com as suas finalidades.

CAPÍTULO III **DOS DIREITOS DEVERES DOS CONSORCIADOS**

SEÇÃO I **DOS DIREITOS**

Art. 6º. São direitos dos consorciados, desde que estejam quitos com suas obrigações pecuniárias para com o Consórcio, condição esta que pode ser ressalvada por deliberação da Assembleia Geral:

- I - tomar parte, votar e ser votado nas Assembleias Gerais;
- II - requerer, justificadamente, obedecido o quórum previsto neste Contrato, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária;
- III - usufruir dos serviços oferecidos pelo Consórcio, com tratamento igualitário, mediante agendamento dos procedimentos clínicos/médicos especializados e dos demais serviços oferecidos, realizado de acordo com a ordem de chegada;
- IV - autorizar que o Consórcio os represente perante outras esferas de governo;
- V - autorizar a gestão associada de serviço público, mediante determinação explícita de competências a ser transferidas, identificação dos serviços públicos objetos da gestão associada e a área em que serão prestados, bem como autorizar a licitação e contratação de concessão, permissão ou a autorização dos serviços, as condições a que deve obedecer ao contrato de programa e os critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, além dos critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão;
- VI - exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de gestão;
- VII - recorrer, no prazo de 15 (quinze) dias após sua ciência, com direito a ampla defesa, de ato considerado lesivo ao direito ou contrário a este Contrato, emanado pela Diretoria Executiva;
- VIII - retirar-se do Consórcio, atendidas as disposições aqui descritas.

SEÇÃO II **DOS DEVERES**

Art. 7º. São deveres dos Consorciados:

- I - participar, de acordo com cota a ser estipulada em Assembleia, de contrato de rateio, destinado a custear as despesas fixas do Consórcio;
- II - pagar pontualmente as suas contribuições mensais, fixadas por meio de Contrato de Rateio, com base no seu consumo médio mensal;
- III - participar das assembleias, acatar as decisões delas emanadas e dos atos da Diretoria Executiva;
- IV - prestigiar o Consórcio por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os afins;
- V - cumprir as disposições do presente Contrato;
- VI - exercer o direito de voto;
- VII - oferecer sugestões e auxílios para o desenvolvimento do Consórcio.

CAPÍTULO IV **DAS PENALIDADES**

Art. 8º. Os consorciados sujeitam-se às penalidades de advertência, suspensão e eliminação do quadro social.

§ 1º - Serão advertidos os consorciados que pela primeira vez praticarem as faltas previstas no parágrafo seguinte.

§ 2º - Serão suspensos, após advertidos:

- I - os que não comparecerem, não se fizerem representar e não se justificarem a 3 (três) Assembleias, a juízo da Diretoria;
- II - os que insurgirem contra decisão da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva, ou desacatarem os referidos órgãos.

§ 3º - Serão eliminados do quadro social os que:

- I - por má conduta pessoal e/ou profissional, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio do Consórcio, se mostrarem nocivos e ele;
- II - sem motivo justificado, deixarem de pagar, por 5 (cinco) meses consecutivos, as suas contribuições pecuniárias e que, se advertidos por escrito, não propiciarem a liquidação de seu débito;

§ 4º - As penalidades serão aplicadas pela Diretoria Executiva.

§ 5º - A aplicação de penalidade, sob pena de nulidade, será precedida de audiência com o consorciado, que poderá aduzir por escrito a sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º - Da penalidade caberá recurso à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da comunicação oficial.

Art. 9º. O consorciado eliminado poderá ser reintegrado ao Consórcio, desde que reabilitado, a juízo da Assembleia Geral, devendo liquidar previamente os débitos que tiver com a tesouraria.

CAPÍTULO V **PLANO ANUAL DE TRABALHO**

Art. 10. O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR disporá, para efeito da operacionalização de programas, projetos, ações e atividades, de um Plano Anual de Trabalho.

Art. 11. O Plano Anual de Trabalho (PLAT) será elaborado pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde, segundo o grau de relevância, prioridade e disponibilidades materiais e imateriais do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR, ou para realização de obra, aquisição de bens, produtos e equipamentos, ou realização de evento que com este seja compatível.

Parágrafo único - Na elaboração e aprovação do Plano de que trata este artigo será levada em estrita consideração e observância os dispositivos legais inerentes a cada serviço público, consoante à função, área ou setor selecionado para a



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 4

execução consorciada.

Art. 12. Os recursos financeiros para elaboração e execução do Plano Anual de Trabalho (PLAT) serão previstos em dotações específicas constantes do Orçamento de cada Município consorciado e do Orçamento Geral do Estado, quando houver convênio de participação deste, especialmente no que se refere à seguridade social, ou em créditos adicionais abertos para esse fim, observadas as exigências da legislação em vigor.

Art. 13. O Plano Anual de Trabalho (PLAT) poderá compreender respectivamente:
I - a agregação de programas, projetos, ações, atividades, obras e aquisição de bens, produtos e equipamentos indispensáveis à execução consorciada;
II - a menção de programa, projeto, ações e atividades relativas ao serviço público ou serviços públicos indicados que devam ser executados ou implementados com a participação de órgão, entidade ou fundo especial integrante da Administração Pública do Estado.

Parágrafo único - Fica facultado aos integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR elegerem as prioridades a serem executadas no Plano Anual de trabalho, de acordo com seus interesses, seja individual ou de apenas parte dos Municípios consorciados.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 14. O patrimônio do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR é constituído respectivamente:

I - pelos bens móveis e imóveis que vier a possuir, sob as formas de doação, legado, permuta ou aquisição, livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
II - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título.

Parágrafo único - Os bens e os direitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR, referidos neste artigo, somente poderão ser utilizados para a consecução de suas finalidades, permitida a alienação, inversão, vinculação ou constituição de ônus, quando indispensáveis à obtenção de recursos, bem como a permuta, empréstimo ou doação, quando atender aos interesses e conveniências da Entidade, observadas as exigências contidas neste Contrato e na Lei de Licitações.

Art. 15. Respeitadas as respectivas legislações, cada Município consorciado pode colocar à disposição do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum.

CAPÍTULO VII DAS RECEITAS

Art. 16. Constituem receitas do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR, respectivamente:

I - repasse de valores dos Municípios consorciados e do SUS;
II - os auxílios, contratos, contribuições, convênios e subvenções celebrados por órgãos ou entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;
III - as rendas de seu patrimônio, bem como, os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;
IV - os saldos dos exercícios financeiros;
V - as doações e legados;
VI - as rendas provenientes da alienação de bens;
VII - o produto de operação de crédito interna ou externa para financiamento de ações e atividades do Consórcio;
VIII - os usufrutos que lhe forem conferidos;
IX - outras receitas de diferentes origens.

Parágrafo Único - O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR deverá utilizar em seu Orçamento e respectiva execução Receitas desdobradas por fontes de recursos de acordo com suas origens, bem como indicar em suas despesas as fontes de recursos utilizadas para sua manutenção.

CAPÍTULO VIII DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BÁSICA

Art. 17. O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Assembleia Geral (Conselho de Prefeitos);
II - Diretoria Executiva;
III - Conselho Fiscal;
IV - Conselho de Secretários Municipais de Saúde;
V - Conselho Consultivo Paritário;
VI - Secretaria Executiva.

§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva, bem como os demais Consorciados, não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR, desde que lícitos os atos por eles praticados.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde e do Conselho Consultivo Paritário não perceberão qualquer remuneração, bonificação ou vantagem pelo exercício de seus cargos, que serão considerados de relevante mérito público.

§ 3º - O Quadro Geral de Cargos e Funções do CISCOPAR encontra-se definido no Anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

CAPÍTULO IX COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. A Assembleia Geral é o órgão máximo de caráter deliberativo e normativo, e será constituída pelos Prefeitos dos Municípios consorciados.

§ 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no mês de março, para:

I - Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 5

II - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
III - Proceder, quando for o caso, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente do CISCOPAR, nos termos deste Contrato e de seu Estatuto.

§ 2º - A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, sempre que houver razão relevante, a critério do Presidente do CISCOPAR, a pedido da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou por solicitação, por escrito, de 2/5 (dois quintos) dos consorciados com direito de votar.

§ 3º - Ressalvados os casos específicos deste Contrato, as Assembleias se instalarão em primeira convocação com a maioria absoluta dos consorciados e, trinta minutos após, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 4º - As deliberações serão sempre por maioria simples dos votantes regulares presentes, com exceção no caso de alteração estatutária, extinção do CONSÓRCIO e destinação do seu patrimônio, que será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos consorciados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 5º - O Consórcio adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios da respectiva pessoa jurídica.

§ 6º - Os votos de cada membro da Assembleia Geral serão singulares, independentemente da quota de contribuição de cada Município consorciado.

§ 7º - Das reuniões do CONSÓRCIO serão lavradas atas.

§ 8º - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência, devendo o Edital ser publicado em Jornal de Circulação Regional, bem como enviado por e-mail a todos os Municípios e postado no site do CISCOPAR.

Art. 19. Compete à Assembleia Geral do CISCOPAR:

- I - decidir sobre os assuntos de interesse geral ou compatíveis com as finalidades do CONSÓRCIO;
- II - aprovar Plano Anual de Trabalho, com a observância das normas legais e técnicas pertinentes;
- III - aprovar o relatório anual de ações e atividades e a proposta orçamentária anual do CISCOPAR, elaborados pela Secretaria Executiva;
- IV - julgar as contas do CISCOPAR do ano anterior e apreciar seus relatórios;
- V - orientar e supervisionar a política patrimonial e financeira do Consórcio;
- VI - deliberar sobre a aceitação de doações e legados de bens móveis e imóveis, com ou sem encargos;
- VII - autorizar a alienação, a inversão, a vinculação ou a constituição de ônus, bem como a permuta, o empréstimo ou a doação de bens móveis e imóveis pertencentes ao Consórcio;
- VIII - aprovar o seu Regimento Interno;
- IX - autorizar a celebração de convênio, contrato, acordo ou parceria com órgão e entidades afins, nacionais e estrangeiros ou internacionais;
- X - aprovar plano de cargos, funções, salários e benefícios do pessoal do Consórcio;
- XI - referendar a contratação de empregados para prover o quadro de pessoal efetivo do Consórcio, para o desempenho de tarefas técnicas, administrativas e de manutenção, sempre precedidas de seleção competitiva pública;
- XII - referendar a demissão de empregados do Consórcio;
- XIII - aprovar a contratação de prestação de serviços técnicos e científico especializados, em caráter temporário, mediante processo seletivo simplificado, cuja regulamentação, contendo a previsão dos casos cabíveis e demais regras, deverá ser feita por meio de Resolução, aprovada pela Assembleia Geral;
- XIV - eleger, afastar ou destituir membros da Diretoria Executiva, observada a legislação vigente;
- XV - autorizar o ingresso de novo Município que pretenda consorciar-se, observado o parágrafo único do art. 3º deste Contrato;
- XVI - deliberar sobre a exclusão de Município consorciado inadimplente com suas obrigações e contribuições perante o Consórcio;
- XVII - deliberar sobre a mudança de sede;
- XVIII - deliberar sobre os casos e situações omissas deste Contrato.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 20. A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, que será o Presidente do CISCOPAR, e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma reeleição.

§ 1º. O mandato do Presidente cessará automaticamente no caso de não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Município Consorciado que representa, hipótese em que será sucedido pelo Vice-Presidente.

§ 2º. Se o vice Presidente também não estiver em exercício, o cargo de Presidente será ocupado por um dos membros do Conselho Fiscal escolhidos entre eles, até a realização de nova assembleia para escolha do novo Presidente. Casos estes também não estejam em exercício, a Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, para definir a ocupação do cargo de forma provisória.

Art. 21. Ao Presidente do CONSÓRCIO compete, especificadamente:

- I - promover articulação permanente entre os Municípios consorciados;
- II - representar o CONSÓRCIO ou promover-lhe a representação, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente.
- III - convocar e presidir as Assembleias Gerais, fazendo cumprir as deliberações e decisões tomadas por esse órgão;
- IV - firmar protocolos, acordos, ajustes, convênio e contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- V - nomear os cargos em comissão, observando-se o Plano de Cargos e Salários vigente.
- VI - avocar, para si, para resolver ou decidir, os casos e situações que dependam de pronta decisão, *ad referendum* da Assembleia Geral;
- VII - homologar as licitações realizadas pelo CONSÓRCIO;
- VIII - praticar outras ações e atividades compatíveis com seu cargo, se delegadas pela Assembleia Geral, inclusive representar o Consórcio perante Instituições Financeiras, juntamente com o Secretário Executivo, procedendo à movimentação de recursos financeiros, aplicações financeiras e investimentos;
- IX - cumprir e fazer cumprir as determinações contidas neste Contrato.



Art. 22. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos, afastamentos e/ou licenças, bem como representá-lo por delegação expressa.

SEÇÃO III DO CONSÉLHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros e respectivos suplentes, indicados e eleitos pela Assembleia Geral, dentre os seus integrantes, a quem compete:

- I - fiscalizar permanentemente a contabilidade;
- II - acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômico-financeiras;
- III - exercer o controle de gestão e das finalidades;
- IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços contábeis e relatórios em contas em geral.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é o mesmo da Diretoria Executiva.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de suas funções.

§ 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á quando convocado pelo Secretário Executivo.

SEÇÃO IV DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Art. 24. O Conselho de Secretários Municipais de Saúde terá as seguintes atribuições:

- I - exercer a consultoria técnica do Consórcio;
- II - estabelecer as diretrizes a ser observadas na elaboração do Plano de Trabalho Anual do CISCOPAR;
- III - propor critérios para a programação e execução, acompanhando a movimentação e destinação dos recursos;
- IV - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população pelo CISCOPAR;
- V - emitir parecer, quando solicitado, sobre convênios, contratos ou acordos de qualquer natureza, a ser firmados para a realização das finalidades do CISCOPAR;
- VI - eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- VII - escolher seus representantes no Conselho Consultivo Paritário.

SEÇÃO V DO CONSELHO CONSULTIVO PARITÁRIO

Art. 25. O Conselho Consultivo Paritário será composto de 10 (dez) membros, sendo 5 (cinco) indicados pelo Conselho de Secretários Municipais e 5 (cinco) pela Secretaria de Estado de Saúde, e terá as seguintes atribuições:

- I - dar parecer técnico sobre aspectos referentes ao funcionamento do Consórcio e promover a execução das decisões da Assembleia Geral e Diretoria Executiva;
- II - auxiliar o Conselho de Secretários Municipais e Secretaria Executiva em assuntos de interesse do CISCOPAR, emitindo parecer e direcionando ações a ser levadas à apreciação da Assembleia Geral.

SEÇÃO VI DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 26. A Secretaria Executiva do CISCOPAR, órgão de planejamento, coordenação e execução de suas finalidades operacionais, fica assim constituída:

- I - Secretaria Executiva;
- II - Diretoria Jurídica;
- III - Departamentos Técnicos;
- IV - Controladoria Interna.

Art. 27. O Secretário Executivo será nomeado pelo Presidente do CISCOPAR, *ad referendum* da Assembleia Geral, sendo requisito de preenchimento a conclusão de curso superior e experiência comprovada na área administrativa pública, a quem compete:

- I - promover a execução das decisões da Assembleia Geral e Diretoria Executiva;
- II - examinar e negociar convênios, contratos, acordos, parcerias e intercâmbios com órgãos e entidade pública e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, segundo os seus interesses e conveniências e nos termos de suas finalidades operacionais, para aprovação da Assembleia Geral;
- III - elaborar e submeter à Assembleia Geral do CONSÓRCIO, para aprovação, as seguintes matérias:
 - a) o relatório anual de ações e atividades e a proposta orçamentária anual;
 - b) a prestação de contas das ações e atividades;
 - c) a escrituração contábil;
 - d) a contratação de empregados para prover o seu quadro de pessoal efetivo, para o desempenho de tarefas técnicas, administrativa e de manutenção, sempre precedida de seleção competitiva pública;
 - e) a demissão de empregados;
 - f) o plano de cargos, funções, salários e benefícios do Consórcio;
- IV - autorizar compras, pagamentos e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano Anual de Trabalho e dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, bem como movimentar, em conjunto com o Presidente do CISCOPAR, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio;
- V - autenticar ou levar à autenticação de autoridade competente os livros do Consórcio;
- VI - preparar a pauta e acompanhar as Assembleias Gerais e reuniões dos Conselhos;
- VII - praticar outras ações e atividades compatíveis com seu cargo, quando delegadas pela Diretoria Executiva.

Art. 28. O Diretor Jurídico será nomeado pelo Presidente do CISCOPAR, *ad referendum* da Assembleia Geral, sendo requisito de preenchimento inscrição junto à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, bem como de comprovada experiência na área de direito público, a quem compete:

- I - chefiar, dirigir, planejar, coordenar e orientar as atividades desenvolvidas pelo Departamento Jurídico do CISCOPAR;
- II - analisar, sob o ponto de vista jurídico, os processos e consultas que lhe sejam submetidos pelo Presidente do CISCOPAR, emitindo parecer a respeito;
- III - realizar estudos sobre a legislação federal, estadual e municipal, cientificando o Presidente e demais órgãos, quando se tratar de assunto de interesse do CISCOPAR;
- IV - prestar assistência jurídica necessária nos atos praticados pelo Presidente, aquisições, bem como nos contratos firmados pelo CISCOPAR e nos procedimentos licitatórios;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 7

- V - prestar assessoramento jurídico para o Presidente, bem como para os ex-Presidentes em procedimentos que envolvam concomitantemente estes e o CISCOPAR, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- VI - assistir o Presidente no controle interno da legalidade dos atos da Administração;
- VII - exarar, quando solicitado, despacho conclusivo sobre os pareceres e informações elaborados pelo(s) Assessor(es) Jurídico(s), nos processos administrativos que tramitem no Departamento Jurídico;
- VIII - deliberar quanto à concessão de licenças, férias, gratificações, vantagens e direitos do(s) servidor(es) do Departamento Jurídico;
- IX - requerer ao Presidente a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, referente às infrações cometidas por servidor(es) do Departamento Jurídico;
- X - designar Assessor Jurídico do CISCOPAR, para atuação nos processos judiciais e administrativos do contencioso, consultoria e assessoramento administrativo;
- XI - revisar e ratificar, quando solicitado, pareceres exarados pelo(s) assessor(es) jurídico(s);
- XII - delegar atribuições ao(s) Assessor(es) Jurídico(s), respeitadas as atribuições de cada cargo;
- XIII - executar outras atividades afins ou correlatas no âmbito de sua competência.

Parágrafo Único. Além do Diretor Jurídico, comporão o Departamento Jurídico Assessores Jurídicos, bem como auxiliares administrativos, quantos forem necessários, a critério da Assembleia Geral, os quais deverão ser contratados após aprovação em concurso público.

Art. 29. Compõe o Departamento Técnico:

- I - Departamento Administrativo;
- II - Departamento Financeiro Contábil;
- III - Departamento Técnico em Saúde;
- IV - Departamento de Atenção e Gestão em Saúde.

§ 1º - Os Diretores de cada Departamento Técnico serão nomeados pelo Presidente do CISCOPAR.

§ 2º - Os Departamentos Técnicos serão compostos de Gerências Operacionais específicas, que serão ocupados por servidores de carreira, cuja composição e atribuições serão definidas em Regimento Interno do CISCOPAR.

Art. 30. O Sistema de Controle Interno do CISCOPAR, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, alicerçada na realização de auditorias, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, tendo as seguintes competências:

- I - avaliar o cumprimento das metas fiscais e financeiras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II - realizar o controle em todos os níveis e em todas as unidades do Consórcio com relação à perfeita execução da Receita e Despesa Orçamentária;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias bem como os direitos e haveres do Consórcio;
- IV - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal;
- V - exercer controle das informações para o sistema de Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado;
- VI - realizar, periodicamente, junto ao Departamento de Administração e Financeiro, auditoria nos sistemas contábeis, financeiro e patrimonial, inclusive nas prestações de contas dos suprimentos de fundos concedidos, emitindo parecer técnico substanciado nos resultados encontrados;
- VII - receber e apurar a procedência de declarações ou denúncias sobre questões relacionadas à execução orçamentária e financeira, sugerindo, quando for o caso, a instalação de sindicâncias e inquéritos administrativos pertinentes;
- VIII - emitir parecer e relatório;
- IX - prestar assessoramento direto e imediato nos assuntos relativos ao Controle Interno, especialmente no que diz respeito aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- X - apoiar o controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no exercício de sua missão institucional;
- XI - executar outras atividades afins ou correlatas no âmbito de sua competência.

Art. 31. O cargo de Controlador do Controle Interno será de provimento em Comissão, de livre nomeação pelo Presidente, devendo ser referendado pela Assembleia Geral (Conselho de Prefeitos), e será exercido por ocupante que detenha suficiente habilitação técnica, quando a área de atuação assim o exigir, o qual será exercido por funcionário de carreira do Consórcio ou de algum Município Consorciado.

Art. 32. O funcionário público pertencente ao Quadro do Município Consorciado que assumir esta função, ou outra no CISCOPAR, poderá optar pela remuneração integral do cargo em comissão respectivo, ressalvadas as condições estabelecidas pelos respectivos termos de permuta, disposição ou cessão.

Art. 33. O Controlador de Controle Interno poderá ser auxiliado por assistentes administrativos ou por outros cargos do quadro do CISCOPAR.

Art. 34. Para o desempenho de suas atribuições constitucionais, o Controlador de Controle Interno poderá manifestar-se por meio de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres, orientações normativas e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar possíveis irregularidades.

Art. 35. Constituem-se garantias do ocupante do cargo de Controlador de Controle Interno:

- I - a independência profissional para o desempenho das atividades pertinentes;
- II - o livre acesso, com prévia comunicação, às repartições, documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

Art. 36. Fica assegurado, também, no primeiro ano do mandato do Presidente do CISCOPAR, ao servidor que exerceu o cargo de Controlador de Controle Interno e que não for reconduzido ao cargo, o acesso aos sistemas de informática, documentos e local de trabalho adequado, para a elaboração da prestação de contas e emissão de parecer prévio das contas do Consórcio, para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 37. O servidor guardará sigilo dos dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

CAPÍTULO X REGIME FINANCEIRO E DE FISCALIZAÇÃO

Art. 38. O exercício financeiro do CONSÓRCIO coincidirá com o ano civil.

Art. 39. Até o dia 30 (trinta) de julho de cada ano, a Diretoria Executiva apresentará informações sobre as ações e



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 8

atividades do CONSÓRCIO, para possibilitar a programação e elaboração da Proposta Orçamentária do ano seguinte de cada município consorciado.

CAPÍTULO XI REGIME DE PESSOAL

Art. 40. O CONSÓRCIO terá Quadro Próprio de Pessoal que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar.

§ 1º - O processo de seleção de empregados no CONSÓRCIO para os cargos efetivos, por tempo indeterminado, será sempre precedido de seleção competitiva pública, nos termos de Edital próprio, que reservará, às pessoas com deficiência, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, desde que não ultrapasse o máximo de 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas para cada cargo, percentuais estes que podem ser revistos mediante deliberação da Assembleia Geral.

§ 2º - Para a execução de suas finalidades institucionais, o CONSÓRCIO poderá contratar a prestação de serviços administrativos, técnicos e científicos, em caráter temporário:

I - mediante processo seletivo simplificado, cuja regulamentação, contendo a previsão dos casos cabíveis e demais regras, deve ser feita por meio de Resolução, aprovada pela Assembleia Geral;

II - por meio de Convênios ou Termos de Compromissos de Estágio com entidades para contratação de aprendizes ou estagiários;

III - mediante licitação.

§ 3º - A contratação de pessoal para o CONSÓRCIO guardará compatibilidade com os programas, projetos, ações e atividades inscritas no Plano Anual de Trabalho.

§ 4º - É permitida a cessão de servidores, pelos entes consorciados ou com eles convenionados ao Consórcio, e vice-versa, com ou sem ônus para o CISCOPAR, mediante aprovação em Assembleia Geral.

CAPÍTULO XII PRINCÍPIOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS

Art. 41. O CONSÓRCIO adotará princípios éticos e deontológicos com a observância do seguinte:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, racionalidade, economicidade e razoabilidade em todos os seus atos e decisões;

II - seleção competitiva pública para o recrutamento e admissão de seus empregados;

III - licitação sob diferentes modalidades;

IV - busca constante do bom uso de seus recursos, a fim de se evitar toda e qualquer forma de desperdício ou perdas;

V - organização do seu orçamento e da sua escrita contábil nos termos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, da legislação complementar e alterações posteriores;

VI - controle externo relativo à aplicação de recursos financeiros públicos;

VII - ficam impedidos os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, a partir de sua eleição e investidura nas suas respectivas funções e cargos, de:

a) firmar ou manter contrato, seja por meio de sua pessoa física ou jurídica, da qual seja proprietário, controlador e Diretor, com o Consórcio;

b) aceitar ou exercer função, cargo ou emprego remunerado, em entidade similar ao Consórcio, no Estado ou no País;

c) nomear ou contratar parente natural ou consanguíneo, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou parente civil, para o exercício de função, cargo ou emprego no Consórcio, ainda que para o exercício de posição de confiança ou em comissão;

d) fazer uso do nome, das propriedades, dependências, instalações, benfeitorias, equipamentos, serviço em seu proveito próprio sem consentimento formal do Consórcio;

e) fazer uso de suas respectivas funções e cargos para fins políticos eleitorais, sindicais ou de representação, ou que tenha por base os empregados, colaboradores ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com as finalidades do CONSÓRCIO.

CAPÍTULO XIII RETIRADA DO CONSORCIADO

Art. 42. Cada Município consorciado poderá se retirar do CONSÓRCIO, desde que comunique sua decisão acompanhada de justificativa, aprovada pela Assembleia Geral.

§ 1º - A referida retirada só ocorrerá mediante a quitação de todos os débitos existentes junto ao CONSÓRCIO.

§ 2º - O Município integrante do CONSÓRCIO que se retirar espontaneamente ou que deste for excluído, somente participará do rateio de bens e recursos, quando da extinção do CONSÓRCIO ou do encerramento da ação ou das atividades para a qual contribuiu, proporcionalmente à data do seu desligamento do CISCOPAR.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Em caso de extinção do Consórcio, o remanescente de seu patrimônio, depois de saldas as dívidas, se reverterá ao patrimônio dos municípios consorciados, proporcionalmente às contribuições feitas ao mesmo.

Parágrafo Único. Podem, entretanto, os sócios que participem do investimento que pretendam indiviso, optar pela reversão a apenas um deles, escolhido mediante sorteio, ou conforme acordado pelos partícipes.

Art. 44. Aplicam-se as hipóteses do artigo anterior aos casos de encerramento de determinada atividade, cujos investimentos se tornem ociosos.

Art. 45. A eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal será realizada nos termos deste Contrato, observando-se o disposto nos artigos seguintes.

Art. 46. O registro das chapas far-se-á na Secretaria da Entidade, mediante requerimento firmado pelos candidatos em até 72 (setenta e duas) horas antes da eleição, podendo haver alterações, no dia da eleição, em caso de negociação para chapa única.

I - A composição das chapas deverá conter a indicação dos candidatos, dos Municípios que administram e dos cargos que se propõem a disputar;

II - Cada consorciado só poderá assinar um pedido de registro de chapa;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 9

III - A Secretaria analisará a composição da chapa apresentada e comunicará qualquer irregularidade observada, estabelecendo-lhe o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a correção, sendo consideradas não inscritas as chapas que não atenderem esta solicitação;

IV - As chapas se distinguirão uma das outras pela numeração recebida no ato do registro, bem como pela denominação que quiserem a ela atribuir.

Art. 47. A mesa eleitoral será constituída por um Presidente e dois mesários, com direito a voto, nomeados pelo Presidente do CISCOPAR entre os representantes dos consorciados presentes, os quais rubricarão as cédulas de votos.

Art. 48. A mesa eleitoral verificará a identidade dos consorciados que se apresentarem para o exercício do voto e receberão suas assinaturas em folhas especiais devidamente rubricadas pelos mesários.

Art. 49. O serviço de apuração dos votos será feito pela própria mesa eleitoral, imediatamente após o encerramento das votações.

Parágrafo único. A apuração dos votos será pública, podendo o Presidente da mesa convidar consorciados para o acompanhamento dos trabalhos.

Art. 50. Terminada a apuração geral, o Presidente da mesa eleitoral fará a leitura dos resultados, sendo proclamada eleita a chapa mais votada.

Parágrafo único. Em caso de existência de mais de duas chapas e nenhuma obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos dos presentes, será realizado, no mesmo momento, o 2º (segundo) turno com as chapas mais votadas.

Art. 51. É vedado a qualquer consorciado o direito de voto por mais de 1 (uma) vez.

Art. 52. Ressalvada deliberação diversa pela Assembleia Geral, somente terá direito a voto o Prefeito do município consorciado que estiver em dia com suas obrigações perante a Entidade e, na impossibilidade deste comparecer, o Vice-Prefeito, desde que autorizado para votar, sendo presumida a autorização com a presença deste na Assembleia, em substituição ao Prefeito, podendo a Assembleia solicitar autorização formal para sanar dúvidas.

Art. 53. Em caso de empate de votação, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Presidência seja o mais idoso.

Art. 54. Caso haja registro de uma única chapa, a Assembleia Geral poderá, mediante deliberação prévia, realizar a eleição por aclamação.

Art. 55. A presente alteração ao Contrato de Consórcio entra em vigor após a data de sua publicação na imprensa oficial e vigência de todas as leis de ratificação dos entes consorciados, na forma da Lei nº 11.107/05 e do Decreto nº 6.017/07, revogando as disposições em contrário.

Art. 56. Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta alteração ao Contrato de Consórcio, sem que haja a sua ratificação por lei por parte de algum(ns) ente(s) consorciado(s), a Assembleia reunir-se-á para deliberar quanto às providências a ser adotadas a respeito.

Toledo/PR, em 23 de março de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL DE
ASSIS CHATEAUBRIAND

PREFEITO MUNICIPAL DE
DIAMANTE DO OESTE

PREFEITO MUNICIPAL DE
ENTRE RIOS DO OESTE

PREFEITO MUNICIPAL DE
GUAIÁRA

PREFEITO MUNICIPAL DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PREFEITO MUNICIPAL DE
MARIPÁ

PREFEITA MUNICIPAL DE
MERCEDES

PREFEITO MUNICIPAL DE
NOVA SANTA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL DE
OURO VERDE DO OESTE

PREFEITO MUNICIPAL DE
PALOTINA

PREFEITO MUNICIPAL DE
PATO BRAGADO

PREFEITO MUNICIPAL DE
QUATRO PONTES

PREFEITO MUNICIPAL DE
SANTA HELENA

PREFEITO MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 10

PREFEITO MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DO IGUAÇÚ

PREFEITO MUNICIPAL DE
TERRA ROXA

PREFEITO MUNICIPAL DE
TOLEDO

PREFEITO MUNICIPAL DE
TUPÃSSI

ANEXO I

QUADRO GERAL DE CARGOS E FUNÇÕES

| | Cargo | Função | Grau de Instrução | Quantidade | Carga horária semanal | Salário (R\$) |
|----|---|---|---|-------------------|------------------------------|----------------------|
| 1 | Secretário Executivo | Secretário Executivo | Curso superior completo | 1 | 40 | 10.498,12 |
| 2 | Diretor Jurídico | Assessor Jurídico | Curso superior em Direito com registro ativo na OAB | 1 | 20 | 7.873,57 |
| 3 | Assessor jurídico | Assessor jurídico | Curso superior em Direito com registro ativo na OAB | 2 | 20 | 2.930,08 |
| 4 | Controlador Interno | Controlador Interno | Curso superior em Contabilidade | 1 | 40 | 7.427,93 |
| 5 | Diretor do Depto Administrativo | Diretor Administrativo | Curso superior completo | 1 | 40 | 5.318,24 |
| 6 | Diretor do Depto Financeiro/Contábil | Diretor Financeiro e Contábil | Curso superior completo | 1 | 40 | 5.318,24 |
| 7 | Diretor do Depto Técnico Em Saúde | Diretor Técnico em Saúde | Curso superior completo | 1 | 40 | 5.318,24 |
| 8 | Diretor do Depto de Atenção e Gestão em Saúde | Diretor de Atenção e Gestão em Saúde | Curso superior completo | 1 | 40 | 5.318,24 |
| 9 | Analista em Administração e Planejamento | Analista em Administração e Planejamento | Curso superior completo em administração. | 3 | 40 | 3.007,03 |
| 10 | Analista em Informática | Analista em Informática | Curso superior em informática | 2 | 40 | 2.930,08 |
| 11 | Assistente Administrativo | Assistente Administrativo | Ensino médio concluído. | 35 | 40 | 1.432,20 |
| 12 | Assistente Social | Assistente Social | Graduação em Serviço Social; Registro no órgão profissional competente. | 5 | 30 | 2.930,08 |
| 14 | Auxiliar de Serviços Gerais | Auxiliar de Serviços Gerais | Ensino fundamental completo. | 3 | 40 | 1.063,56 |
| 15 | Auxiliar em Saúde Bucal | Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) | Ensino Médio Completo, Curso específico de Auxiliar de Saúde Bucal. | 3 | 40 | 1.063,56 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 11

| | | | | | | |
|----|-----------------------------|--|--|-----------|----|----------|
| 16 | Biólogo | Biólogo | Graduação em Ciências Biológicas, Registro no órgão profissional competente. | 1 | 40 | 2.930,08 |
| 17 | Contador | Contador | Curso superior em Ciências Contábeis e registro no conselho – CRC. | 3 | 40 | 3.007,03 |
| 18 | Enfermeiro | Enfermeiro | Graduação em Enfermagem, Registro no órgão profissional competente. | 20 | 40 | 2.928,33 |
| 19 | Farmacêutico/ Bioquímico | Farmacêutico/ Bioquímico | Curso superior em farmácia com habilitação em bioquímica, registro no órgão profissional competente. | 6 | 40 | 2.930,08 |
| 20 | Motorista | Motorista | Ensino fundamental concluído e Carteira Nacional de Habilitação “D”. | 6 | 40 | 1.188,67 |
| 21 | Odontólogo | Odontólogo | Graduação em Odontologia, Registro no órgão profissional competente – CRO. | 1 | 30 | 3.007,03 |
| 22 | Psicólogo | Psicólogo | Graduação em psicologia, registro no órgão profissional competente | 6 | 40 | 2.930,08 |
| 23 | Supervisor na Área de Saúde | Supervisor na Área de Saúde | Curso superior completo na área de saúde | 1 | 40 | 3.007,03 |
| 24 | Técnico em Enfermagem | Técnico em Enfermagem | Curso de técnico em enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. | 35 | 40 | 1.718,90 |
| 25 | Técnico em Laboratório | Técnico em Laboratório | Ensino Médio completo, curso técnico na área ou curso superior em bioquímica, registro no órgão profissional competente. | 6 | 40 | 1.718,90 |
| 26 | Técnico em Prótese Dentária | Técnico em Prótese Dentária (TPD) | Ensino médio completo, curso técnico na área, registro no órgão profissional competente. | 4 | 40 | 2.340,36 |
| 27 | Técnico em Radiologia | Técnico em Radiologia | Curso de técnico em Radiologia com registro no órgão competente | 4 | 20 | 1.820,53 |
| 28 | Técnico em Saúde Bucal | Técnico em Saúde Bucal (TSB) | Ensino médio completo, Curso de Técnico em Saúde Bucal, Registro no órgão profissional competente. | 7 | 40 | 1.718,90 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 12

| | | | | | | |
|----|------------------------------------|---|---|-----------|----|----------|
| 29 | Telefonista | Telefonista | Ensino médio completo. | 6 | 30 | 1.432,20 |
| 30 | Vigia | Vigia | Ensino fundamental concluído. | 12 | 40 | 1.063,56 |
| 31 | Zelador | Zelador | Ensino fundamental. | 10 | 40 | 1.063,56 |
| 32 | Técnico em Segurança do Trabalho | Técnico em Segurança do Trabalho. | Ensino médio completo em Técnico em Segurança do Trabalho, ou Ensino Médio Completo e curso de especialização em Técnico em Segurança do Trabalho além de Registro no Ministério do Trabalho. | 1 | 40 | 1.905,12 |
| 33 | Técnico em Orientação e Mobilidade | Técnico em Orientação e Mobilidade | Ensino médio completo e curso Técnico em Orientação e Mobilidade. | 1 | 40 | 1.718,90 |
| 34 | Ortoptista | Ortoptista | Graduação em Ortopia e registro no órgão profissional competente. | 1 | 40 | 2.685,15 |
| 35 | Protético Ocular | Protético Ocular | Ensino médio completo e curso Técnico em Prótese Ocular. | 1 | 40 | 1.718,90 |
| 36 | Tecnólogo Oftálmico | Tecnólogo Oftálmico | Graduação em Tecnologia Oftálmica e registro no órgão profissional competente. | 1 | 40 | 2.685,15 |
| 37 | Técnico Ortopédico | Técnico Ortopédico | Ensino médio completo e curso Técnico de Ortesista e Protesista e possuir Atestado de Capacitação Técnica (ACT) emitido pela Associação Brasileira de Ortopedia Técnica. | 6 | 40 | 2.685,15 |
| 38 | Sapateiro Ortopédico | Sapateiro Ortopédico | Ensino médio completo e possuir Atestado de Capacitação Técnica (ACT) emitido pela Associação Brasileira de Ortopedia Técnica. | 2 | 40 | 1.718,90 |
| 39 | Instrutor de Artes | Artesão | Ensino médio completo e experiência comprovada em uma ou mais áreas artesanais. | 4 | 40 | 1.432,20 |
| 40 | Agente Social | Agente Social | Ensino médio completo com experiência comprovada em ações de redução de danos | 3 | 40 | 1.718,90 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 13

| | | | | | | |
|----|--|---|---|----------|----|----------|
| 41 | Assistente em Desenvolvimento social | Educador Social | Ensino médio completo com experiência comprovada em ações de redução de danos | 3 | 40 | 1.718,90 |
| 42 | Nutricionista | Nutricionista | Graduação em Nutrição e registro no órgão profissional competente. | 3 | 40 | 2.685,15 |
| 43 | Fonoaudiólogo | Fonoaudiólogo | Graduação em Fonoaudiologia e registro no órgão profissional competente. | 6 | 40 | 2.685,15 |
| 44 | Fisioterapeuta | Fisioterapeuta | Graduação em Fisioterapia e registro no órgão profissional competente. | 6 | 30 | 2.416,64 |
| 45 | Terapeuta Ocupacional | Terapeuta Ocupacional | Graduação em Terapia Ocupacional e registro no órgão profissional competente. | 5 | 30 | 2.416,64 |
| 46 | Pedagogo | Pedagogo | Graduação em Pedagogia. | 2 | 40 | 2.685,15 |
| 47 | Educador Físico | Educador Físico | Graduação em Educação Física e registro no órgão profissional competente. | 2 | 40 | 2.685,15 |
| 48 | Médico Infectologista | Médico Infectologista | Graduação em medicina, Registro no órgão profissional competente e CRM ativo, residência médica e/ou título de especialista em infectologia e/ou membro da sociedade brasileira de infectologia | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 49 | Médico Infectologista | Médico Infectologista | Graduação em medicina, Registro no órgão profissional competente e CRM ativo, residência médica e/ou título de especialista em infectologia e/ou membro da sociedade brasileira de infectologia | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 50 | Médico Clínico Geral | Médico Clínico Geral | Graduação em medicina, registro no órgão, CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 51 | Médico Clínico Geral | Médico Clínico Geral | Graduação em medicina, registro no órgão, CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 52 | Médico Radiologista / ultrassonografista | Médico Radiologista / ultrassonografista | Graduação em medicina com especialização em radiologia/imagem, CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 14

| | | | | | | |
|----|--|---|---|----------|----|----------|
| 53 | Médico Radiologista / ultrassonografista | Médico Radiologista / ultrassonografista | Graduação em medicina com especialização em radiologia/imagem, CRM ativo | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 54 | Médico Gastroenterologista | Médico Gastroenterologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em gastroenterologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 55 | Médico Gastroenterologista | Médico Gastroenterologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em gastroenterologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 56 | Médico Proctologista | Médico Proctologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em proctologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 57 | Médico Proctologista | Médico Proctologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em proctologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 58 | Médico Cardiologista | Médico Cardiologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em cardiologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 59 | Médico Cardiologista | Médico Cardiologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em cardiologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 15

| | | | | | | |
|----|-------------------------------|--------------------------------------|---|---|----|----------|
| 60 | Médico Neurologista | Médico Neurologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em neurologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 61 | Médico Neurologista | Médico Neurologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em neurologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 62 | Médico Ginecologista/Obstetra | Médico Ginecologista/Obstetra | Graduação em medicina com residência ou especialização em ginecologia e obstetrícia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 63 | Médico Ginecologista/Obstetra | Médico Ginecologista/Obstetra | Graduação em medicina com residência ou especialização em ginecologia e obstetrícia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 20 | 9.284,17 |
| 64 | Médico Pediatra | Médico Pediatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em pediatria, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 65 | Médico Pediatra | Médico Pediatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em pediatria, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 66 | Médico Oftalmologista | Médico Oftalmologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em oftalmologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 16

| | | | | | | |
|----|--------------------------------------|---|---|----------|----|----------|
| 67 | Médico Oftalmologista | Médico Oftalmologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em oftalmologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 68 | Médico Otorrinolaringologista | Médico Otorrinolaringologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em otorrinolaringologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 69 | Médico Otorrinolaringologista | Médico Otorrinolaringologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em otorrinolaringologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 70 | Médico Ortopedista e Traumatologista | Médico Ortopedista e Traumatologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em ortopedia e traumatologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 71 | Médico Ortopedista e Traumatologista | Médico Ortopedista e Traumatologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em ortopedia e traumatologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 72 | Médico Fisiatra | Médico Fisiatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em fisioterapia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 73 | Médico Fisiatra | Médico Fisiatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em fisioterapia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 17

| | | | | | | |
|----|----------------------------------|---|---|----------|----|----------|
| 74 | Médico Angiologista | Médico Angiologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em otorrinolaringologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 75 | Médico Angiologista | Médico Angiologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em otorrinolaringologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 76 | Médico Dermatologista | Médico Dermatologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em dermatologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 77 | Médico Dermatologista | Médico Dermatologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em dermatologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 78 | Médico Endocrinologista | Médico Endocrinologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em endocrinologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 79 | Médico Endocrinologista | Médico Endocrinologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em endocrinologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 80 | Médico Endocrinologista Infantil | Médico Endocrinologista Infantil | Graduação em medicina com residência ou especialização em endocrinologia infantil, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 81 | Médico Endocrinologista Infantil | Médico Endocrinologista Infantil | Graduação em medicina com residência ou especialização em endocrinologia infantil, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 18

| | | | | | | |
|----|----------------------|-----------------------------|---|---|----|----------|
| 82 | Médico Geriatra | Médico Geriatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em geriatria, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 83 | Médico Geriatra | Médico Geriatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em geriatria, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 84 | Médico Hematologista | Médico Hematologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em hematologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 85 | Médico Hematologista | Médico Hematologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em hematologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 86 | Médico Mastologista | Médico Mastologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em mastologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 87 | Médico Mastologista | Médico Mastologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em mastologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 88 | Médico Nefrologista | Médico Nefrologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em nefrologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 89 | Médico Nefrologista | Médico Nefrologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em nefrologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 19

| | | | | | | |
|----|------------------------------|-------------------------------------|---|---|----|----------|
| 90 | Médico Neurologista Infantil | Médico Neurologista Infantil | Graduação em medicina com residência ou especialização em neurologia infantil, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 91 | Médico Neurologista Infantil | Médico Neurologista Infantil | Graduação em medicina com residência ou especialização em neurologia infantil, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 92 | Médico Pneumologista | Médico Pneumologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em pneumologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 93 | Médico Pneumologista | Médico Pneumologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em pneumologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 94 | Médico Reumatologista | Médico Reumatologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em reumatologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 95 | Médico Reumatologista | Médico Reumatologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em reumatologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 96 | Médico Urologista | Médico Urologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em urologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 97 | Médico Urologista | Médico Urologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em urologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 20

| | | | | | | |
|-----|---------------------------------|--|--|---|----|----------|
| 98 | Médico Psiquiatra | Médico Psiquiatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em psiquiatria, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 99 | Médico Psiquiatra | Médico Psiquiatra | Graduação em medicina com residência ou especialização em psiquiatria, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 100 | Médico Clínico Geral | Médico Clínico Geral | Graduação em medicina. Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. Com experiência comprovada em Saúde Mental. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 101 | Médico Clínico Geral | Médico Clínico Geral | Graduação em medicina. Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. Com experiência comprovada em Saúde Mental. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 102 | Médico Alergista e Imunologista | Médico Alergista e Imunologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em alergia e imunologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 103 | Médico Alergista e Imunologista | Médico Alergista e Imunologista | Graduação em medicina com residência ou especialização em alergia e imunologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 104 | Médico Cirurgião da Mão | Médico Cirurgião da Mão | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia da mão, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 105 | Médico Cirurgião da Mão | Médico Cirurgião da Mão | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia da mão, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 21

| | | | | | | |
|-----|--|---|--|---|----|----------|
| 106 | Médico Cirurgião do Aparelho Digestivo | Médico Cirurgião do Aparelho Digestivo | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia do aparelho digestivo, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 107 | Médico Cirurgião do Aparelho Digestivo | Médico Cirurgião do Aparelho Digestivo | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia do aparelho digestivo, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 108 | Médico Cirurgião Geral | Médico Cirurgião Geral | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia geral, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 109 | Médico Cirurgião Geral | Médico Cirurgião Geral | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia geral, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 110 | Médico Cirurgião Pediátrico | Médico Cirurgião Pediátrico | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia pediátrica, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 111 | Médico Cirurgião Pediátrico | Médico Cirurgião Pediátrico | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia pediátrica, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 112 | Médico Cirurgião Plástico | Médico Cirurgião Plástico | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia plástica, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 113 | Médico Cirurgião Plástico | Médico Cirurgião Plástico | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia plástica, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 22

| | | | | | | |
|-----|--------------------------------|---------------------------------------|--|---|----|----------|
| 114 | Médico Cirurgião Vascular | Médico Cirurgião Vascular | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia vascular, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 115 | Médico Cirurgião Vascular | Médico Cirurgião Vascular | Graduação em medicina com residência ou especialização em cirurgia vascular, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 116 | Médico Endoscopista | Médico Endoscopista | Graduação em medicina com residência ou especialização em endoscopia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 117 | Médico Endoscopista | Médico Endoscopista | Graduação em medicina com residência ou especialização em endoscopia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 118 | Medicina Física e Reabilitação | Medicina Física e Reabilitação | Graduação em medicina com residência ou especialização em medicina física e reabilitação, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 119 | Medicina Física e Reabilitação | Medicina Física e Reabilitação | Graduação em medicina com residência ou especialização em medicina física e reabilitação, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |
| 120 | Médico Nutrólogo | Médico Nutrólogo | Graduação em medicina com residência ou especialização em nutriologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 4 | 10 | 4.027,74 |
| 121 | Médico Nutrólogo | Médico Nutrólogo | Graduação em medicina com residência ou especialização em nutriologia, Registro no órgão profissional competente para realização de consultas e exames e CRM ativo. | 2 | 20 | 9.284,17 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 23

LEI “R” Nº 32, de 24 de maio de 2018

Prorroga o prazo para cumprimento de encargo pelo Estado do Paraná.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei prorroga o prazo para cumprimento de encargo pelo Estado do Paraná.

Art. 2º – Fica prorrogado, até 12 de julho de 2021, o prazo para que o Estado do Paraná cumpra o encargo estabelecido no § 1º do artigo 3º da Lei “R” nº 62, de 3 de julho de 2013, consistente na implantação das instalações para o funcionamento da nova unidade do CENSE de Toledo.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

LEI “R” Nº 34, de 24 de maio de 2018

Declara de utilidade pública o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei declara de utilidade pública o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

Art. 2º – Fica declarado de utilidade pública o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 73.471.963/0001-47, com sede e foro no Município e Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

LEI “R” Nº 33, de 24 de maio de 2018

Declara de utilidade pública o Serviço Social do Transporte – SEST.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei declara de utilidade pública o Serviço Social do Transporte – SEST.

Art. 2º – Fica declarado de utilidade pública o Serviço Social do Transporte - SEST, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 73.471.989/0001-95, com sede e foro no Município e Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 341, de 22 de maio de 2018

Concede permissão de bens pertencentes ao patrimônio do Município de Toledo à Associação dos Produtores Orgânicos de Toledo – PROORTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o artigo 18 da Lei Complementar nº 001/90,

considerando a solicitação contida no Pedido de Providências nº 0026/2018-SAA, de 21 de maio de 2018, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Município,

DECRETA:

Art. 1º – Fica concedida à **Associação dos Produtores Orgânicos de Toledo – PROORTO** a permissão de uso, gratuita e até 31 de dezembro de 2020, dos seguintes bens, de propriedade do Município de Toledo:

I – camioneta marca Effa, modelo Ruiji pick-up 970, ano e modelo 2012, chassi nº LKHNC1BG7CAT03286, nº do motor 1705367-3HD8, nº de frota 0798;

II – Trator modelo 1050D, marca Yanmar Agritech, nº de frota 543;

III – Arado subsolador, marca Santa Rosa, patrimônio nº 35540;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 24

IV – Grade niveladora com 20 discos, marca Santa Rosa, patrimônio nº 35539.

Parágrafo único – Os bens objeto da permissão de uso de que trata o presente Decreto será utilizado na implementação das atividades da permissionária.

Art. 2º – Caberá à permissionária:

I – zelar pela conservação e manutenção dos bens a ela cedidos por este Decreto, realizando os reparos que neles se fizerem necessários;

II – custear todas as despesas decorrentes da utilização dos bens objeto desta permissão;

III – realizar, às suas custas, as revisões recomendadas pela fabricante do veículo referido no inciso I do **caput** do artigo anterior e contratar apólice de seguro para o mesmo;

IV – custear todas as despesas decorrentes da utilização dos bens objeto desta permissão, inclusive com licenciamento, seguro obrigatório e eventuais multas do veículo referido no inciso I do **caput** do artigo anterior;

V – assumir total responsabilidade pela posse e pelo uso dos bens objeto da presente permissão, inclusive por eventuais danos perante terceiros;

VI – restituir os bens ao Município, ao término da permissão, nas mesmas condições em que os recebeu, admitido apenas o desgaste normal decorrente de sua utilização.

Art. 3º – Fica vedado à permissionária ceder ou transferir os bens objeto da presente permissão, sem autorização prévia do Município.

Art. 4º – Os demais direitos e deveres relativos à presente permissão de uso são os previstos na legislação pertinente.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CRISTOPHER CRISTIANO CARNELOS DE AZEVEDO
SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DECRETO Nº 343, de 22 de maio de 2018

Ratifica a aprovação do **Loteamento “HabitabemBrasil”**, implantado nesta cidade de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

considerando que, nos termos do artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/1979, o prazo para a efetivação do registro de loteamento é de até cento e oitenta dias, sob pena de caducidade da aprovação;

considerando que, face à documentação necessária, nem sempre é possível ultimar-se o registro de loteamento no prazo legal, culminando com a caducidade do ato de aprovação para aquele efeito;

considerando, também, o contido no item 2 da Diligência Registral nº 1713/2018, do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo;

considerando, enfim, que subsistem as condições legais que ensejaram a aprovação do Loteamento “HabitabemBrasil”,

DECRETA:

Art. 1º – Fica ratificada a aprovação do **Loteamento “HabitabemBrasil”**, implantado na chácara nº 31/32.A, com área de 34.460,00 m² (trinta e quatro mil e quatrocentos e sessenta metros quadrados), da subdivisão dos lotes rurais nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 34 e 37 do Perímetro “A” da Fazenda Britânia, localizada neste Município de Toledo, Matrícula nº 55.406 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo, conforme processo protocolizado na Municipalidade sob nº 33.111, de 24 de setembro de 2013.

Art. 2º – As obrigações da loteadora relativas ao Loteamento de que trata o artigo anterior são as constantes do Termo de Acordo e de Doação, firmado com o Município de Toledo, datado de 25 de março de 2014, e em seus Termos Aditivos, celebrados em 20 de agosto de 2014 e em 10 de fevereiro de 2015.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MAÍSA CARMEN KUHN FAZZOLARI
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DECRETO Nº 344, de 23 de maio de 2018

Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 339/2018, que definiu premiação para o Concurso Literário “Crônicas e Poesias *Edy Braun*”, edição 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o artigo 3º-A da



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 25

Lei “R” nº 34/2013, com a redação dada pela Lei “R” nº 128/2014,

considerando a solicitação formulada, nesta data, pela Equipe Organizadora do Concurso Literário “Crônicas e Poesias *Edy Braun*”,

DECRETA:

Art. 1º – O Decreto nº 339, de 17 de maio de 2018, que definiu premiação para o Concurso Literário “Crônicas e Poesias *Edy Braun*”, edição 2018, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“**Art. 1º** – ...

...

III – Premiação Especial para a Categoria Juvenil:

a) melhor poesia de aluno da rede pública municipal de ensino de Toledo (nível fundamental – anos iniciais): R\$ 200,00;

b) melhor crônica de aluno da rede estadual ou privada de ensino de Toledo (nível fundamental – anos finais e ensino médio): R\$ 200,00.”

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 23 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

DECRETO Nº 345, de 24 de maio de 2018

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Toledo, para o exercício de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 7º da Lei “R” nº 116, de 14 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto no orçamento-programa do Município de Toledo, para o exercício de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 50.757,98 (cinquenta mil setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, mediante a suplementação das seguintes naturezas de despesa e fontes de recurso, no orçamento da administração direta:

PROJETO/ATIVIDADE 08.001 - 13.122.0002.2-056 ATIVIDADES DO GABINETE DA SECRETARIA DA CULTURA

3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAISR\$ 616,59
03370 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 616,59

PROJETO/ATIVIDADE 09.005 - 12.365.0019.6-098 EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIs - FUNDEB

3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 298,17
06940 102 102 / 2 / 1 / 0 / 0 Fundeb 40%R\$ 298,17
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTASR\$ 27.013,43
06960 102 102 / 2 / 1 / 0 / 0 Fundeb 40%R\$ 27.013,43

PROJETO/ATIVIDADE 10.001 - 27.122.0002.2-102 GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GAB SEC ESPORTES E LAZER

3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 22,19
07170 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 22,19

PROJETO/ATIVIDADE 10.001 - 27.243.0021.6-106 ATIVIDADES ESPORTIVAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 195,48
07350 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 195,48

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.301.0033.2-169 RECURSOS HUMANOS - AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE

3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 284,82



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 26

17850 494 494 / 9 / 2 / 6 / 2 0 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R\$ 284,82

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.301.0033.2-171 GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FUNDO MUN SAÚDE

3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTASR\$ 10.350,98
10920 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 10.350,98

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.302.0034.2-179 MANUTENÇÃO UNID. PRONTO ATENDIMENTO

3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 8.729,29
12190 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 8.729,29

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.305.0035.2-186 MANUT AÇÕES VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADOR\$ 3.007,28
13630 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 3.007,28
3.1.90.16.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 239,75
18330 494 494 / 9 / 2 / 6 / 2 0 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R\$ 239,75

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETAR\$ 50.757,98

Art. 2º – Para a abertura do crédito adicional de que trata este Decreto, será utilizado o cancelamento parcial das seguintes dotações no orçamento da administração direta:

PROJETO/ATIVIDADE 08.002 - 13.122.0002.2-058 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 616,59
03450 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 616,59

PROJETO/ATIVIDADE 09.005 - 12.365.0019.6-098 EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIs - FUNDEB

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 27.311,60
06920 102 102 / 2 / 1 / 0 / 0 Fundeb 40%R\$ 27.311,60

PROJETO/ATIVIDADE 10.001 - 27.122.0002.2-102 GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GAB SEC ESPORTES E LAZER

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 217,67
07150 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 217,67

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.301.0033.2-169 RECURSOS HUMANOS - AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 284,82
17830 494 494 / 9 / 2 / 6 / 2 0 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R\$ 284,82

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.301.0033.2-171 GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FUNDO MUN SAÚDE

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 10.350,98
10840 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 10.350,98

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.302.0034.2-179 MANUTENÇÃO UNID. PRONTO ATENDIMENTO

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 8.729,29
12130 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 8.729,29

PROJETO/ATIVIDADE 14.002 - 10.305.0035.2-186 MANUT AÇÕES VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 3.247,06
13650 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres).....R\$ 3.007,28
18310 494 494 / 9 / 2 / 6 / 2 0 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R\$ 239,75

TOTAL DOS CANCELAMENTOS NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETAR\$ 50.757,98

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MAÍSA CARMEN KUHN FAZZOLARI
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 27

PORTARIA Nº 217, de 22 de maio de 2018

Altera a Portaria nº 232/2017, que designou os membros da Comissão Municipal do Trabalho de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a alínea “c” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município de Toledo e o artigo 2º do Decreto nº 1.057/1995, com as modificações procedidas pelos Decretos nºs 38/2005 e 284/2006,

considerando a solicitação contida no Pedido de Providências nº 48/2018, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – A Portaria nº 232, de 4 de abril de 2017, que designou os membros da Comissão Municipal do Trabalho de Toledo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** – ...

...

III – Livia Carolina Muller, representante da Secretaria de Assistência Social e Proteção à Família; Suplente: Cinthia Regina Brun.

...

VIII – Friedrich Wolfram Schiller, representante do Sindicato do Comércio Varejista de Toledo; Suplente: Gilson Luis Wisniewski.

...”

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

PORTARIA Nº 218, de 22 de maio de 2018

Altera a Portaria nº 307/2017, que nomeou os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem a alínea “c” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município e as Leis Federais nºs 10.880/2004 e 11.947/2009,

considerando a solicitação contida no Ofício nº

389/2018-SMED, de 21 de maio de 2018, da Secretaria Municipal da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º – A Portaria nº 307, de 26 de maio de 2017, que nomeou os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Programa Municipal de Alimentação Escolar de Toledo, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º** – ...

...

II – representantes de docentes, discentes e trabalhadores na área da educação:

a) Titular: Andréia Cristina Ramos da Silva Ikeda;

...”

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

PORTARIA Nº 219, de 22 de maio de 2018

Constitui Comissão de Seleção Pública de Assistentes em Alfabetização do Programa Mais Alfabetização (PMALFA).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a alínea “c” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município,

considerando a solicitação contida no Ofício nº 382/2018-SMED, de 18 de maio de 2018, da Secretaria da Educação do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída Comissão de Seleção Pública de Assistentes em Alfabetização para atuarem no Programa Mais Alfabetização (PMALFA), em turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental – anos iniciais, na rede municipal de ensino de Toledo, composta pelos seguintes membros:

I – representantes da Secretaria da Educação:

a) Eliana de Fátima Buzin;

b) Alexandra Bogoni;

c) Maria do Carmo Cabreira;

d) Herley Maria da Silva Valdemar.

II – representantes dos diretores das escolas municipais:

a) Angela Silvana Kolberg;

b) Fabiana de Fátima dos Santos;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 28

- c) Franciele Stovski;
d) Carla Cristina Baran.
III – representante da Secretaria de Recursos Humanos: Marines Bettega.

Parágrafo único – Caberá à Comissão de que trata o **caput** deste artigo apresentar proposta de edital de seleção de Assistentes em Alfabetização, analisar a documentação e efetuar a seleção dos candidatos, divulgar a respectiva classificação e praticar os demais atos necessários para a implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) no Município de Toledo.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 22 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o inciso I do § único do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e considerando o contido no § 1º e 2º do artigo 157 Lei Orgânica do Município de Toledo.

CONVIDA a população em geral para participar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, dia 29 de maio de 2018, às 18h00, no Auditório Acary de Oliveira, na Prefeitura Municipal, objetivando a apresentação e discussão das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2019.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 18 de maio de 2018.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, **NOTIFICA** os proprietários ou possuidores dos imóveis abaixo relacionados para, no prazo de **dez** dias, a contar desta Notificação, efetuar a limpeza do seu respectivo imóvel (roçada e recolhimento de resíduos), conforme determinam os artigos 6, 9 e 14 da Lei nº 1.946/2006:

| Nome | Notificação nº | Cadastro | Setor | Quadra | Lote |
|--|----------------|----------|-------|--------|------|
| ALBINO TORETTA | 274/2018 | 45747 | 810 | 067 | 2002 |
| LUCIANA DA SILVA STEIN | 163/2018 | 45486 | 905 | 047 | 230 |
| MAICON SCHICALSKI | 027/2018 | 50713 | 810 | 103 | 079 |
| LUCAS GUSTAVO BRAJAK DE ALMEIDA DI BENEDETTO | 193/2018 | 44153 | 305 | 044 | 364 |
| LOURDES NIEDERMEYER MEINERZ | 002/2018 | 9934 | 105 | 008 | 074 |
| VANIA SIRLEI REUTER MAUERWERK | 115/2018 | 45402 | 905 | 040 | 230 |
| JIOVANA ANESI DE QUADROS | 054/2018 | 40461 | 815 | 003 | 190 |
| IVANIO VERONEZ | 139/2018 | 45446 | 905 | 045 | 045 |
| ADRIANO BARBARA | 140/2018 | 45458 | 905 | 045 | 298 |

Muriel Louise Menegazzo Peres
Fiscal em Meio Ambiente



MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2018

OBJETO: Contratação de empresa para: LOTE 01: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de substituição de telas para alambrado na quadra esportiva anexa ao Centro Comunitário Tancredo Neves, localizada na Rua Almirante Tamandaré, Área de Preservação do Rio Toledo, Setor 710, Loteamento Boa Esperança, Toledo/PR - REGIÃO 07 PAULISTA; conforme planilha quantitativa orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto anexo ao processo licitatório; através do Programa Orçamento do Povo. LOTE 02: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de substituição de telas metálicas no Campo do Jd Bandeirantes, localizado na Rua Japão esquina com Rua Eroni Becker, lotes urbanos nº S-186, Quadra Nº S-6, oriundo da parte Norte da Chac. Nº 101, Toledo-PR, - REGIÃO 06 PORTO ALEGRE; conforme planilha quantitativa orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto anexo ao processo licitatório; através do Programa Orçamento do Povo. LOTE 03: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de substituição de telas para alambrado no campo anexo ao Centro Comunitário Jd. Esplanada, localizado na Rua Emílio de Menezes, Lote Urbano Nº 357 Loteamento Jardim Esplanada, Toledo/PR - REGIÃO 05 VILA INDUSTRIAL; conforme planilha quantitativa orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto anexo ao processo licitatório. DATA DE ABERTURA: 13 DE JUNHO DE 2018, às 08h30min. VALOR MÁXIMO: R\$ 70.801,51 (setenta mil oitocentos e um reais e cinquenta e um centavo), sendo: Para o LOTE 01, o valor será de R\$ 13.085,84 (treze mil oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos); Para o LOTE 02, o valor será de R\$ 15.480,74 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos); Para o LOTE 03, o valor será de R\$ 21.782,58 (vinte e um mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos); Para o LOTE 04, o valor será de R\$ 20.452,35 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2018

OBJETO: Contratação de empresa para Execução Global (material e mão-de-obra) dos serviços de Pintura na Escola Municipal Duque de Caxias, localizada na Rua Ana Ramisch, Lote Rural Nº 401, Quadra N º 11, Distrito de Concórdia do Oeste, Toledo/PR, conforme planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos anexos ao processo licitatório. DATA DE ABERTURA: 13 DE JUNHO DE 2018, às 14h00min. VALOR MÁXIMO: R\$ 25.138,30 (vinte e cinco mil cento e trinta e oito reais e trinta centavos).

TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Técnico para Revisão do Plano Diretor Municipal e leis correlatas, em observância à Lei Federal nº 10.257/2001 e Lei Estadual nº 15.229/2006,

conforme detalhamento contido no Anexo V. DATA DE ABERTURA: 28 DE JUNHO DE 2018, às 08h30min VALOR MÁXIMO: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/Pr, de segunda a sexta-feira, Fone: (45) 3055-8819 Fax: 3378-1704, e-mail: compras.documentacao@toledo.pr.gov.br

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

CONVOCAÇÃO Nº 90

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem os artigos 12 e 13 do Decreto nº 265/2003 (Regulamento Geral de Concursos), as Leis nºs 1.821/1999 (Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais) e 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações,

CONVOCA

os seguintes aprovados no Concurso Público nº 01/2014:

PARA O CARGO DE PROFESSOR II T20:

JESSICA CAROLINE DE GOIS
LETICIA CHEHBAN
PRISCILA BAZOTI RAFASKI
ANA CRISTINA MERLO
CRISLAINA DAIANA ENGELMANN
LUANA MAIARA ECHHARDT
ANELISE ANSOLIN
LIEGE APARECIDA MARTIM
CRISTIANE APARECIDA JOAQUIM
FERNANDA KUNKEL KLIEMANN
LIDIANE SILVA RIBEIRO
ALESSANDRA PAULA NEVES DE OLIVEIRA
FABRYSSYA BARBOSA BONFIM
LUINI FOLLMANN EBERT
LEILA PAULA BATTISTELLA DA SILVA
DAIANE VINHOTE
CLÁUDIA GUADAGNINE DALPOSSO
ANGELA PEREIRA DOS SANTOS
VERA LUCIA HECH VEIT
GILSON CARLOS BATISTA

Os aprovados ora convocados deverão comparecer à Secretaria de Recursos Humanos do Município de Toledo, no período de **25 de maio a 1º de junho de 2018**, para declarar se aceitam a vaga ofertada, devendo, neste caso:

I – apresentar os seguintes documentos:

- Comprovante da escolaridade/habilitação exigida para o cargo;
- Declaração de acúmulo de cargos ou empregos;
- Declaração de recebimento ou não de benefício previdenciário;
- Declaração de Bens ou fotocópia da Declaração de Renda apresentada à Receita Federal;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano IX

Toledo, 25 de maio de 2018

Edição nº 2.022

Página 30

e) Documentos pessoais.
II – realizar os exames médicos a serem solicitados.

O não comparecimento dos convocados no prazo acima previsto ou a não realização dos exames médicos até a data fixada importará na respectiva perda da vaga e na sua consideração como desistentes.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

MÁRCIO MÜNCHEN
SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO Nº 65

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem os artigos 12 e 13 do Decreto nº 265/2003 (Regulamento Geral de Concursos), as Leis nºs 1.821/1999 (Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais) e 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações,

CONVOCA
as seguintes aprovadas no Concurso Público nº 01/2015:

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T40:

MARGARIDA STEFFLER DOBLER
KATHLEN CAROLINE DOS SANTOS
JAYNE ELUAN SCHLICKMANN BACK
KEREN PAULA DA SILVA
JENIFER ANDRESSA DE SANT'ANA
VALDIRENE ALMEIDA ARAUJO DE OLIVEIRA

JULVANA GONCALVES NETTO
CRISTIANE BATISTA LINO
MARIA EMILIA KRAMBECK
JOZIANE DOMICIANO LIMA
CAMILA APARECIDA AQUINO
MARINA GZESIUK
JULIANA NATALIA ROSINKE SCHULZ
DENISE MAIARA LENHARDT
EVELYN MAIARA BATISTA
ROSANE MACHADO ROHDEN VIEIRA
ADRIANA DO NASCIMENTO
MARLENE DA SILVA
PERLA ADRIANE KONFLANZ FERREIRA
ELISANGELA BRESSAN

As aprovadas ora convocadas deverão comparecer à Secretaria de Recursos Humanos do Município de Toledo, no período de **25 de maio a 1º de junho de 2018**, para declarar se aceitam a vaga ofertada, devendo, neste caso:

I – apresentar os seguintes documentos:
a) Comprovante da escolaridade/habilitação exigida para o cargo;
b) Declaração de acúmulo de cargos ou empregos;
c) Declaração de recebimento ou não de benefício previdenciário;
d) Declaração de Bens ou fotocópia da Declaração de Renda apresentada à Receita Federal;
e) Documentos pessoais.
II – realizar os exames médicos a serem solicitados.

O não comparecimento das convocadas no prazo acima previsto ou a não realização dos exames médicos até a data fixada importará na respectiva perda da vaga e na sua consideração como desistentes.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

MÁRCIO MÜNCHEN
SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS

Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo

Lei nº 2.022, de 16/03/2010

Lucio de Marchi

Prefeito Municipal

Suzi Fernanda Felix de Lira Soprani

Secretária de Comunicação

Rua Raimundo Leonardi, 1586

CEP 85900-110

Fone (45) 3055-8932

Toledo – PR

Email: toledopr.diariooficial@gmail.com

Site: www.toledo.pr.gov.br

Edição, publicação e assinatura do sítio eletrônico do município.

Secretaria Municipal de Comunicação

Certificação Digital ICP-BRASIL

A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições. Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades credenciais junto à ICP-BRASIL.

Com o uso de Certificados Digitais é possível anexar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.